

# Câmara instala hoje CPI da Funai

OCIOAMBENTAL  
 Fonte: **CB**  
 Data: **25/5/99** Pg. **9**  
 Class.: **2073**

## Deputados devem investigar aplicação de recursos, demarcação de áreas indígenas e o relacionamento do órgão com as ONGs

Da Agência Estado

A Câmara dos Deputados vai investigar os critérios de demarcação de áreas indígenas no país. Hoje será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai), com o objetivo de apurar também o relacionamento do órgão federal com organizações não-governamentais (ONGs) internacionais, os requisitos para a admissão de antropólogos e a aplicação de recursos pela fundação.

"As áreas demarcadas são ricas em minérios como urânio, ouro e cobre", diz o autor do requerimento para a criação da CPI, deputado Elton Rohnelt (PFL-RR), que apresentou o pedido em 1995. Segundo ele, a demora na instalação da comissão foi motivada pela existência de outras comissões de inquérito no período. Como o regimento interno da Câmara permite o funcionamento simultâneo de apenas cinco CPIs, a da Funai teve de esperar.

"A Funai é alvo de muitas pressões externas, em especial de ONGs internacionais", afirma Rohnelt, que se diz favorável às demarcações, mas não da forma atual. "A sociedade precisa saber quais são os critérios adotados." O provável relator da CPI, deputado Antônio Feijão (PSDB-AP), reclama da atuação descontrolada de garimpeiros e pesquisadores estrangeiros nas reservas. "Não se tem controle sobre as pessoas e instituições internacionais que estão garimpando e fazendo pesquisa tecnológica na Amazônia", garante.

As críticas à Funai vão além das demarcações. "As condições de vida da população indígena não estão melhorando", afirma Feijão, que considera "narcisismo orçamentário" o fato de a maior parte dos recursos da fundação serem gastos com o custeio e a manutenção do próprio órgão. "A

fundação consome o dinheiro que deveria ir para a sua atividade fim, que é melhorar a vida dos indígenas", observou.

Quanto ao futuro do órgão, Rohnelt concorda com o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que apresentou projeto propondo a sua extinção e substituição por uma Secretaria Nacional de Assuntos Indígenas. A execução das políticas indígenas, porém, ficaria a cargo dos estados, coordenada pela secretaria.

### DINHEIRO

Líderes indígenas protestam contra a proposta de extinção da Funai. Ontem, vários caciques divulgaram cartas que pretendem enviar ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). "Se a Funai acabar, quem vai apoiar os índios?", perguntam. "A extinção só interessa a grupos econômicos que cobiçam nossas terras."

Ontem foi anunciada uma doação de US\$ 22 milhões dos sete países mais ricos do mundo, por meio do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), para garantir a demarcação, até o fim de 2002, de cerca de 151 áreas indígenas na Amazônia. O dinheiro foi repassado ao Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (Pptal).

O projeto tem padrinhos fortes, como o banco alemão KFW e o Banco Mundial Rain Forest Trust Found (RFT), que, juntos, doaram US\$ 18,1 milhões. "Estamos trabalhando nisso desde 1996; eles vêm oferecendo não só recursos financeiros, mas, principalmente, técnicos para que a Funai (Fundação Nacional do Índio) possa melhorar seu desempenho nessas áreas", avaliou o antropólogo Artur Mendes, secretário-técnico do projeto.